

NOTA DE REPÚDIO AO PROJETO “PARCEIROS DA ESCOLA” DO GOVERNO RATINHO JÚNIOR, QUE PRIVATIZA DUZENTAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ

O governo Ratinho Júnior (PSD), desde o início de seu primeiro mandato em 2019, vem se revelando um inimigo da educação pública paranaense. No que se refere às universidades públicas, atacou a autonomia universitária, restringiu concursos, reduziu o orçamento e impôs violento arrocho salarial, que já atinge mais de 39% de perdas. Em 2021, radicalizou seu ataque, com a imposição da Lei Geral das Universidades, que consolidou o ataque à autonomia, em um viés privatista, intervencionista e de estímulo à terceirização. Em relação à educação básica, igualmente impôs a restrição de concursos e o arrocho salarial e, em violento ataque à autonomia pedagógica dos professores, fez avançar a plataformização, o processo de militarização das escolas públicas e o ataque ao ensino noturno e às escolas do campo, ao mesmo tempo que fazia avançar continuamente a parcela do(a)s professore(a)s contratado(a)s de forma precária e em condições atentatórias.

Agora, avançando de forma ainda mais explícita e agressiva em seu projeto privatista, o governo Ratinho anuncia o projeto: “**Parceiros da Escola**”, que visa transferir a empresas privadas a gestão administrativa de aproximadamente 200 escolas estaduais, conforme anúncio do líder do governo Hussein Bakri (PSD). Ao mesmo tempo em que mantém a mais absoluta escassez de recursos para a manutenção das escolas, o governo Ratinho pretende transferir 2,4 bilhões do fundo público para empresas privadas. Ainda que afirme que a terceirização (privatização) se restringe às funções administrativas (o que já seria inaceitável), o impacto pedagógico é inegável e fica evidente quando se observa que a própria contratação de professore(a)s temporário(a)s fica sob responsabilidade da empresa privada “concessionária” da escola, e sua precariedade é acentuada, com a piora das condições de trabalho (sequer a hora-atividade é mantida). Mais do que isto sua demissão poderá ser arbitrariamente definida em qualquer momento pelo(a)s administradore(a)s privado(a)s, à margem de qualquer processo ou procedimento democrático. Além disso, não é difícil observar que esta forma de contratação será estimulada pelo governo com restrição ainda maior à realização de concursos públicos

A perspectiva de uma educação voltada à obtenção de índices em provas padronizadas, em detrimento de uma concepção mais ampla de educação e conhecimento, fica reforçada, inclusive com a ampliação de “prêmios” e “bônus” por resultados alcançados, nos marcos dos critérios impostos pelo governo e pela concessionária. Portanto, a suposta autonomia pedagógica das direções é uma falácia, e não há qualquer garantia de processo democrático em sua escolha nem de garantia do cumprimento dos mandatos, condição indispensável para a autonomia pedagógica. O projeto: “**Parceiros da Escola**” é um violento ataque à educação pública paranaense e como tal precisa ser denunciado e combatido.

***Não à militarização. Não à terceirização! Não à plataformização
Por mais recursos, concursos e valorização salarial!
Não ao projeto: “Parceiros da Escola”***

Brasília (DF), 24 de maio de 2024.

Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional